

ED 2.^a
EDIÇÃO

CADERNOS CEDES

CENTRO DE ESTUDOS EDUCACÃO E SOCIEDADE

PENSAMENTO E LINGUAGEM

ESTUDOS NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOVIÉTICA

DESENVOLVIMENTO NEUROPSÍQUICO: SUAS RAÍZES BIOLÓGICAS E SOCIAIS - Benito P. Damasceno e Marilisa M. Guerreiro. A NATUREZA SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO PSICO-LÓGICO - Maria Cecília Góes. AS DIMENSÕES INTERACIONISTA E CONSTRUTIVISTA EM VYGOTSKY E PIAGET - Luci Banks Leite. O CONCEITO DE MEDIAÇÃO SEMIÓTICA EM VYGOTSKY E SEU PAPEL NA EXPLICAÇÃO DO PSIQUE HUMANO - Angel Pino. SIGNO IDEOLÓGICO VERSUS INTERAÇÃO COMUNICATIVA - O SOCIAL E O IDEOLÓGICO NAS TEORIAS DA LINGUAGEM - Mônica G. Zoppi Fontana. A PRÁTICA DISCURSIVA NA SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E UM ESBOÇO DE ANÁLISE - Ana Lúiza B. Smola. PROCESSOS ENUNCIATIVO-DISCURSIVOS E PATOLOGIA DA LINGUAGEM: ALGUMAS QUESTÕES LINGÜÍSTICO-COGNITIVAS - Edwiges Maria Morato e Maria Irma Hadler Courdy



CEDES



PAPIRUS EDITORA

Enviar pedidos para:

PAPIRUS Editora

Campinas - Cx. Postal 736
13001 - Campinas/SP - Brasil
f: (0192) 31-3534/32-7268
São Paulo - f: (011) 570-2877

ISSN 0101-3262

CEDES
PAPIRUS

CADERNOS CEDES

24

PENSAMENTO E LINGUAGEM
Estudos na perspectiva da psicologia soviética



PAPIRUS



SIGNO IDEOLÓGICO VERSUS INTERAÇÃO COMUNICATIVA O SOCIAL E O IDEOLÓGICO NAS TEORIAS DA LINGUAGEM

Mónica G. Zoppi Fontana
IEL/Unicamp

Se a Lingüística se constituiu como ciência, foi no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de banir de suas fronteiras a questão do sentido. (Pêcheux, 1975, p. 88).

Essa afirmação de Pêcheux, que faz parte de sua reflexão epistemológica sobre o lugar da Lingüística como ciência e o lugar que viria ocupar uma Teoria do Discurso ou Semântica Discursiva no quadro das ciências humanas e sociais, serve como ponto de partida para desenvolver o presente trabalho, que pretende simplesmente refletir sobre um tema muito recorrente na teoria lingüística (especialmente nas abordagens não-formalistas) quanto à “presença do social” na linguagem.

Preferimos partir da questão do sentido porque é o ponto nodal onde a Lingüística enfrenta seus próprios limites, devendo revisar e ajustar seus pressupostos teóricos a fim de constituir sua própria prática epistemológica. Essa revisão implica a definição do objeto ou domínio de objetos sobre o qual exercer a prática científica, e nessa definição a questão do sentido exerce um papel central. O primeiro recorte a ser feito obriga a decidir se o sentido deve ser considerado objeto de estudo e, nesse caso, o que entender por “sentido”.

Observa-se, claramente, ao examinar as origens da Lingüística como ciência, que a dicotomia saussuriana língua/fala (cf. Saussure, 1915) limita a questão do sentido à relação interna dos signos do sistema lingüístico, nas suas oposições sintagmáticas e paradigmáticas. O sentido que interessa é aquele produzido pelo funcionamento interno do sistema lingüístico entendido como estrutura. A noção de “valor” restringe a questão do sentido, fechando-a como um fato de língua e deixando fora do campo da Lingüística todos os aspectos do sentido não-originados nas oposições internas do sistema. Paradoxalmente, embora o sentido

(o valor) seja em Saussure produto do funcionamento do sistema, e portanto, alheio a qualquer determinação externa, a língua (o sistema dos signos lingüísticos) é social. Esse “social” da língua é o resultado do fato de que esta aparece completa só no conjunto total da comunidade lingüística que fala essa língua. A língua encontra-se não no cérebro de um falante individual mas na soma das marcas deixadas no cérebro pelos usos de linguagem de uma coletividade. O “social” da língua saussuriana é o caráter coletivo e partilhado do sistema. A relação desse sistema com o exterior sócio-histórico, e por conseguinte com o sujeito, não se coloca: é um fato do domínio da fala.

Este recorte saussuriano deu origem ao desenvolvimento das abordagens estruturalistas e distribucionalistas da linguagem e encontra-se também na base da teoria chomskiana, com o agravante de que o caráter social da língua é redefinido nesta teoria como o universal biológico da competência lingüística, novo deslocamento teórico que vem apagar o conceito de social e, sobretudo, de instituição social inerente à definição de língua de Saussure¹.

Um recorte diferente e na direção contrária à saussuriana no que se refere à questão do sentido é aquele que introduz no sistema da língua as marcas da situação comunicativa, isto é, as marcas do sujeito de enunciação e de suas coordenadas espaço-temporais. As análises de Benveniste (1966) e Jakobson (1963) quebram a homogeneidade interna do sistema lingüístico, destacando elementos do sistema que nos remetem ao exterior para sua interpretação. A “descoberta” desses elementos (os famosos *embrayeurs*²) abriu a porta para a entrada do sujeito e da situação comunicativa nos estudos da linguagem. Dois desenvolvimentos paralelos e muitas vezes convergentes (sobretudo nas correntes americanas caracterizadas como o estudo da Pragmática) configuram-se a partir deste novo deslocamento: aquele que privilegia a subjetividade da/na linguagem, colocando o sujeito e suas intenções comunicativas como princípio explicativo do funcionamento da linguagem, e aquele que explica a estrutura e funcionamento interno do sistema lingüístico pela função comunicativa que cumpre cada um dos seus elementos na interação³.

1. Saussure caracteriza a língua como uma instituição social que se diferencia das outras instituições por seu caráter semiológico.
2. Os *embrayeurs* são formas do sistema lingüístico que carecem de referência estável e que remetem necessariamente à situação de enunciação para sua interpretação; por exemplo, os pronomes pessoais (eu, você, ele etc), os pronomes demonstrativos (isto, isso etc), certos advérbios (aqui, agora etc).
3. Esta é a via explicativa seguida pelo funcionalismo nas teorias lingüísticas, cujo postulado principal relaciona biunivamente forma e significado, defendendo o princípio da adequação da forma à função. Dado que a função primária da linguagem é (segundo estas teorias) a comunicação, os elementos do sistema organizam-se de

A maior parte das teorias enunciativas e funcionalistas em suas diversas versões situa-se em relação a esses trajetos teóricos.

A consideração do ato de enunciação (isto é, do ato individual pelo qual o sujeito se apropria da língua e a põe em funcionamento, (cf. Benveniste, *op. cit.*) levou à busca das marcas do sujeito no enunciado, o que provocou, como consequência imediata, um profundo questionamento da noção de significado referencial e de sentido literal. A primazia do sujeito, entendido como origem de determinações axiológicas (modalizações e valorizações lógicas, deônticas, volitivas, afetivas etc) e teleológicas (finalidades e intenções), faz explodir o conceito de univocidade do sentido, propondo, pelo contrário, um *plus* de sentidos de tipo diferente (conotações diversas, implícitos, pressupostos, atos indiretos, subentendidos etc) que completariam (pelo acréscimo) o significado referencial e o sentido literal dos signos e dos enunciados. A subjetividade aparece inscrita na linguagem de maneira onipresente, já não se limita a uns poucos elementos, mas exprime-se através de todos os “níveis” do sistema lingüístico: léxico, flexão e derivação, deslocamentos sintáticos, modalidades enunciativas etc. Por outro lado, a convergência do conceito de subjetividade, levantado nas abordagens enunciativas, com o conceito de funcionalidade das teorias funcionalistas, colocou em cena a noção de “estratégia”, que exprime o pressuposto teórico, fundante das propostas pragmáticas, da adequação das formas lingüísticas (do uso dessas formas) à intenção comunicativa do sujeito da enunciação e ao contexto interacional. A situação comunicativa passa a ser um fator necessário à produção e à interpretação do sentido. O “social” entra como “contexto comunicativo”, como referência à “situação concreta da interação”. O passo seguinte nesta linha teórica, que resulta de enfatizar o processo de interação e o conceito de intercâmbio comunicativo, é a necessidade de descentralizar o esquema da comunicação para considerar o papel do interlocutor; chega-se, desse modo, às teorias intersubjetivas da linguagem, que baseiam suas análises na relação que se estabelece entre os participantes da interação comunicativa. O “tu” faz sua entrada triunfal na teoria lingüística, e sua relação com o “eu” da enunciação será o novo princípio explicativo do funcionamento da linguagem. O “social” irrompe na figura do outro.

Chegados a este ponto da nossa reflexão, é preciso proceder com cautela, dado que a “presença do outro” é o grande tema das teorias não-formalistas da linguagem nos últimos 20 anos, e a categorização desse “outro” nas diferentes abordagens apresenta-se como o lugar de

maneira que garantam a transmissão e a decodificação da mensagem. No início, as teorias funcionalistas não faziam apelo ao sujeito ou às intenções do sujeito da enunciação para a explicação do significado e/ou função das formas lingüísticas.

confronto das diversas correntes, sendo o leque de conceitualizações tão amplo que abrange desde definições que o caracterizam simplesmente como o segundo participante da interação comunicativa até definições que o caracterizam como o Outro da teoria psicanalítica lacaniana. O percurso que seguiremos neste terreno parte do conceito de “signo ideológico” proposto por Bakhtin, visando a salientar, na sua teoria sobre o dialogismo (ou relações dialógicas na linguagem), a natureza sócio-histórica dessas relações e o caráter não-abstrato mas ideologicamente determinado do “outro” nelas envolvido. A leitura que aqui levantamos procura opor-se às leituras de Bakhtin que reduzem sua conceitualização a uma “teoria do diálogo ampliada” ou que destacam na sua teoria o que ela tem de interacionista e intersubjetiva, apagando sua inscrição histórica. Essa redução e esse esvaziamento do estatuto histórico do conceito de dialogismo permitiu às teorias de cunho pragmático de análise da conversação e da argumentação assimilar a teoria bakhtiniana: o lugar do outro fica com reflexo invertido do ego-eu; o outro é um “outro eu”. Com efeito, tanto as lógicas e os postulados conversacionais quanto as regras que descrevem os atos diretos e indiretos de linguagem baseiam-se numa dupla evidência: a da identidade dos sujeitos e a da realidade dos objetos. Essa última (a evidência do referente único e idêntico a si mesmo, independente das posições ou lugares ocupados pelo sujeito) sustenta a evidência da identidade dos sujeitos, na qual a especificidade dos diferentes lugares (ou posições ideológicas) é apagada por um processo de identificação (universalização) do tipo “se eu estivesse onde tu (você)/ele/X se encontra, eu veria e pensaria o que tu (você)/ele/X vê e pensa” (C. Pêcheux, *op. cit.*, p. 132). Dessa maneira, a irreduzibilidade dos lugares ou posições ideológicos é reduzida a uma intercambialidade de lugares ou posições topológicos (basta colocar-se no lugar do outro para partilhar seu ponto de vista). O conceito bakhtiniano de consciência, que a define como centro de valorização sócio-históricamente determinado (cf. a seguir), impede de interpretar as relações dialógicas pelo mecanismo da identificação.

Não nos estenderemos aqui sobre o conceito de dialogismo (remetemos à leitura dos textos de Bakhtin, 1929, 1963: dos seus críticos, por exemplo, Todorov, 1984; ou da recente resenha crítica de Lemos, 1990). Faremos simplesmente uma breve apresentação do tema para poder seguir a partir daí com a nossa reflexão.

Seguindo o trabalho de Todorov, pode-se caracterizar o dialogismo como o tipo de relações semânticas que se estabelecem entre os enunciados, entre o discurso do outro e o discurso do eu; essas relações são análogas mas não idênticas às relações que se estabelecem nos intercâmbios ou trocas de um diálogo. Todo enunciado refere-se a pelo menos dois sujeitos e é, portanto, um diálogo potencial, isto é, todo enunciado

pressupõe um processo de recepção ativa do interlocutor, e essa reação determina a estrutura do enunciado a partir de seu próprio interior. “Toda palavra [todo signo] comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. É o território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin, 1929, p. 113).

É pelo fato de desprezar o conceito de signo ideológico desenvolvido por Bakhtin (e que fundamenta toda sua teoria), e por conseguinte de não considerar seu caráter constitutivo em relação ao conceito de consciência, que são possíveis (e previsíveis) as interpretações pragmáticas do conceito bakhtiniano de dialogismo. Na verdade, embora o conceito de interação seja central na sua teoria, a proposta bakhtiniana constitui-se como uma abordagem sócio-histórica da linguagem. Nesse sentido, o conceito de “social” que nela aparece distancia-se irremediavelmente do “social” das teorias pragmáticas e de seus postulados ou lógicas conversacionais. Nestas, o social reduz-se ao fato de os seres humanos viverem em comunidade e precisarem comunicar-se; eles relacionam-se por meio da sua linguagem, e é através das interações comunicativas das quais participam que confrontam suas intenções e finalidades. Definido seja sob a forma do ideal da cooperação, seja sob a forma de evitação do conflito sempre latente, o “social” aparece descrito a partir do engajamento dos participantes da interação num processo de negociação dos sentidos, que levaria a um final bem-sucedido, no qual a comunicação ficasse garantida.

A proposta de Bakhtin não tem nada em comum com essas conceitualizações. Para ele, o social é inseparável do ideológico. “O verdadeiro lugar do ideológico é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside (...) no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação (...) Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social (...) A consciência individual é um fato sócio-ideológico (...) adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (Bakhtin, *op. cit.*, p. 35). Nessa longa citação encontramos explicitada a intrincada relação entre o signo, o social (interindividual) e o ideológico. O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos, e o terreno dos signos é o processo de interação entre uma consciência individual e outra, cujas naturezas são sócio-ideológicas. O dialogismo, então, não se define só como uma orientação da palavra ao outro a quem está dirigida ou como as relações

semânticas estabelecidas entre diferentes enunciados, mas principalmente como o confronto no seio da palavra (do signo, do enunciado) das vozes ideológicas de um grupo social num momento e num lugar historicamente determinados. “Em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo torna-se a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin, *op. cit.*, p. 46). Toda consciência individual constitui-se como um centro de valorização cuja origem encontra-se determinada pelas relações interindividuais estabelecidas dentro de um grupo socialmente organizado. Os índices de valor contraditórios que se confrontam no signo são a manifestação material desses centros valorativos. Essa “plurivalência social” do signo ideológico faz parte do seu sentido. Consciência, signo e sentido estão intimamente ligados pelo fato de todos eles serem produzidos como objetos ideológicos nos processos históricos da interação social.

A relação entre sujeito, sentido e ideologia foi posteriormente desenvolvida por Pêcheux na sua teoria de análise do discurso (cf. Pêcheux, 1975), através da figura da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, propondo estudar as conexões entre o processo de constituição do sujeito ideológico e o processo de constituição do sujeito psicanalítico em relação ao processo de constituição do sentido.

Segundo Althusser (1970), Pêcheux observa que “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de ‘evidências subjetivas’ (...): a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si) (...) e a evidência do sentido, [isto é] que uma palavra designe uma coisa (...) as evidências da ‘transparência’ da linguagem” (p. 153). Sujeito e sentido constituem-se simultaneamente pelo processo da interpelação ideológica. “A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”; o sujeito é chamado à existência pela ideologia, mas todo indivíduo é “sempre-já-sujeito”, dado que “se fala *do* sujeito, se fala *ao* sujeito, antes de que o sujeito possa dizer ‘eu falo’”. Esse falar *do/ao* sujeito se dá através dos processos discursivos, os quais fazem com que o sujeito ocupe, “livremente” e sob a ilusão da autonomia, seu lugar no sistema de relações de produção, sem perceber as determinações externas que o levam a ocupar essa posição. Não sendo causa de si, o sujeito tampouco é causa/origem do sentido. Sujeito e sentido são efeitos ideológicos constituídos *no* e *pelo* discurso. O discurso é definido como o lugar de encontro do lingüístico com o ideológico, como um dos aspectos materiais da instância ideológica.

Chegamos assim ao final de um percurso que nos levou da língua ao discurso, da interação ao dialogismo e do social ao ideológico.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985. [Original de 1970]
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981. [Original de 1929]
- _____. *Problemas da poética de Dostoievsky*. São Paulo, Hucitec, 1987. [Original de 1963]
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I e II*. Campinas, Pontes/Ed. da Unicamp, 1988. [Original de 1966]
- LEMOS, C. de. A função e o destino da palavra alheia, Três momentos na reflexão de Bakhtin. *Anais do V Encontro de Anpoll* (no prelo). [1990]
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, s.d. [Original de 1963]
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988. [Original de 1975]
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1987. [Original de 1915]

A PRÁTICA DISCURSIVA NA SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E UM ESBOÇO DE ANÁLISE

Ana Luiza B. Smolka
FE/Unicamp

Introdução: uma contextualização do trabalho

Faz já alguns anos que venho acumulando surpresas e indagações a respeito das interações na sala de aula enquanto, ao mesmo tempo, pretendo/suponho conduzir/produzir pesquisas na escola, sentindo-me autorizada a falar, tecnicamente, do que pode/deve/precisa ser feito nesse lugar social.

Uma revisão da literatura a respeito das interações na escola indica a diversidade de perspectivas e considerações em se tratando de assunto tão intrigante e abrangente. Nos últimos 15 ou 20 anos, sociólogos, lingüistas, antropólogos, sociolinguistas, psicolinguistas, além de psicólogos, educadores, psicólogos sociais e da educação, entraram na escola para investigar e/ou intervir nessa instituição. A complexidade desse lugar social, no entanto, tem questionado os procedimentos científicos de investigação, forçando a busca de novas maneiras de colocar os problemas e lidar com as questões e os métodos de ensino e pesquisa.

Diferentes tentativas de estudar as interações e explicar aspectos sociais e cognitivos do processo de elaboração do conhecimento no contexto escolar geraram uma pluralidade de conceitos e construtos difíceis de ser categorizados. Nessa diversidade, contudo, tem-se assumido o significado generalizado, inespecífico, de "interação", sem se levar em conta, nem necessariamente explicitar, os múltiplos sentidos que essa palavra pode adquirir no contexto das diferentes perspectivas teóricas.

De maneira geral, poderíamos delinear quatro tendências amplas nas quais se inscrevem os estudos mais recentes: